

necessita de anotar até 130 palavras por minuto, quase o número de palavras que o nobre deputado José Lurtz Sabiá costuma falar, quando está arrebatado na sua veemência, possivelmente seja esse o número de palavras que costumo proferir durante um minuto, através da longa sesta adquirida na locução esportiva, que me impossibilitam, em absoluto, de pausar as palavras e as suas orações, dessa maneira obrigando os taquígrafos a tudo aquilo que se chama o máximo de um ser humano, seja visão, acuidade auditiva, controle emocional, coordenação de movimentos, raciocínio e atenção. A 130 palavras por minuto, não se pode estabelecer rotina num ser humano. E o taquígrafo parlamentar precisa estar, como muito bem disse o nobre deputado Araripe Serpa, penetrando no emaranhado cipocal de algumas construções literárias abstrusas e arrevesadas, para, nos seus gabinetes, reproduzirem o que foram os debates, antes do seu envio à Imprensa Oficial.

Ganha o taquígrafo, inicialmente, nesta Casa, 73.750 cruzeiros. No entanto, quando da Resolução de 57, ganhava 6.500 cruzeiros lá fora. Aqui dentro ele começava ganhando 8.400 cruzeiros. Essa diferença de 1.900 cruzeiros representava 30%. Pois bem, hoje a situação inverteu-se, até mesmo pela desracionalização do trabalho taquígrafico, que não atenta para o aspecto primário da escala a que devem ascender os taquígrafos. Ao invés da clássica pirâmide em que os cargos iniciais constituem a maioria e que vão diminuindo à medida que os cargos penetram na escala superior, aqui funciona o serviço pelo princípio da ampulheta, porque estão 24 taquígrafos na carreira inicial, e 12 revisores no final da carreira. Mas, entre as duas classes aparecem 4 sub-revisores, pela qual devem passar os 24 iniciais para chegar aos 12 finais. Há, portanto, um contrassenso: mais elementos na escala superior do que na escala intermediária, o que dificulta a possibilidade de promoção.

O Sr. Israel Dias Novaes (Com assentimento do orador) — Permita-me V. Exa. que faça uma referência mais ou menos desrespeitosa ao deputado Sabiá. A meu ver, o espírito que orientou a questão não foi interpretado com justiça nos debates desta Casa. O que propõe o deputado Januário Mantelli Netto? Que se convoque o IDORT, Instituto de Organização e Racionalização de Trabalho para estudar a organização do nosso funcionalismo, para ver se é possível dar-lhe um cunho racional. Quer que se estude o que existe para ver se está certo. Estando errado, o IDORT fará sugestões à Mesa para racionalizar o serviço interno da Assembleia.

Interpretando mal o requerimento, o deputado José Lurtz Sabiá imaginou que o propósito do requerente era o de estabelecer uma espécie de devassa nesta Casa. Ora, o IDORT não se dedica a isso, mas apenas estuda e oferece sugestões para melhorar os trabalhos, as quais podem ser acolhidas ou não. O IDORT nada tem com o aspecto político, mas só com o administrativo. Mas o deputado José Lurtz Sabiá, imbuído de boa vontade, cai em extremos condenáveis. Louvo a boa intenção de S. Exa. até quando cai no exagero de fiscalizar até o Salão de Barbeiros, querendo que todos aqui trabalhem como se isto fosse uma orbanização militar, uma espécie de quartel. S. Exa. esquece-se do seu último nome, que lembra um pássaro trabalhador, alegre, sempre a cantar, para apegar-se ao sobrenome materno — Lurtz — para agir como um soldado prussiano. S. Exa. não está sendo brasileiro e não se lembra de que esta Casa é política. O IDORT não vai resolver o problema político. Com ou sem o parecer dessa organização continuarão os funcionários comissionados fantasmas, os comissionados no além. Imagino que o espírito do requerimento é este: proceder à análise da organização funcional da Casa. Só isto. Esta organização racional desta Casa não tem nada com este aspecto de favoritismo que sempre houve em todas as casas políticas e que não posso deixar de achar condenável. Mas que o nobre deputado Lurtz Sabiá não confunda o espírito do requerimento do nobre deputado Mantelli Netto, que é apenas o de organizar. Se S. Exa. atentar para o espírito legítimo da proposição, tenho certeza que terá motivos para reformular suas palavras com as quais pôs em risco até mesmo, como o deputado Blota Júnior inteligentemente salientou, a viabilidade do próprio requerimento.

O SR. BLOTA JÚNIOR — Antes de conceder o aparte ao nobre deputado Lurtz Sabiá, gostaria de situar minha posição, uma vez que fiz uma acolhida sincera às boas intenções do deputado Lurtz Sabiá. Mas quero reprová-lo de público os métodos usados por S. Exa. Pois S. Exa., que traz para esta Casa a sua generosa vontade de servir ao povo de São Paulo e a este Poder Legislativo, presta nesta tarde um desserviço a esta Casa e a este povo. Não podemos deixar que se estabeleça como verdade o que é menos verdade, pois as exceções que podem acontecer, de favoritismo e de privilégio nesta Casa, não são maiores nem menores do que o favoritismo e o privilégio que aconteceram no Poder Legislativo hoje como ontem, que aconteceram no Poder Judiciário ontem como hoje e como deverão acontecer até mesmo nas empresas de iniciativa privada e que acontecem em muito maior nível quando não há a necessária fiscalização do Legislativo sobre o Executivo e do Executivo sobre o Legislativo reciprocamente. Porque este é o regime onde infelizmente ainda não banimos todos os privilégios e favoritismos, mas onde é dado ao homem agir sempre com a sua consciência e com o coração e a galgar posições. Não houvesse privilégio e favoritismo na democracia, e não poderia estar aqui o deputado Lurtz Sabiá, como não estaria aqui o deputado Fernando Mauro, porque essa é uma forma de privilégio, de favoritismo. Aqui estão os favoritos das urnas, aqui estão os favoritos da vontade popular, defendendo o privilégio de representar este povo. Este é um favoritismo e um privilégio que nos honra e nos desvanece e nos ilusõe. Portanto, nobre deputado Lurtz Sabiá, preservemos este regime, e que seja inatencível, inatingível e que não se mine nas suas intervenções apenas porque um deputado de boa intenção proclama às vezes de forma veemente que esta Casa é uma Casa de privilégios e de favoritismos, como se estivéssemos todos aqui desservindo ao povo, à Democracia e ao Poder Legislativo.

Perdoe-me o nobre deputado Lurtz Sabiá, mas a prioridade do aparte deverá ser para o nobre deputado Fernando Mauro, que havia solicitado muito anteriormente a V. Exa. Darei o aparte a V. Exa. a seguir.

O Sr. Fernando Mauro — Muito grato, nobre deputado. Meu aparte será curto. Apenas quero rememorar um capítulo do IDORT. Na legislatura passada, o ex-Presidente desta Casa, Abreu Sodré, prometera ao funcionalismo fazer uma reestruturação e colocar o funcionalismo dentro do seu Quadro, fazer a justiça funcionar nesta Casa.

Chegara mesmo a nomear uma comissão, de que eu fiz parte. Entretanto, dada a questão sucessória estadual, o deputado Abreu Sodré se lançou a candidato ao Senado, e imbuído ou fantasiado dessa intenção, esqueceu de cumprir o seu dever que era de fazer a reestruturação lógica, necessária do funcionalismo desta Casa, inclusive aquela que V. Exa. citou, dos taquígrafos. Esta Casa, não demorará muito, terá um colapso na Taquígrafia, pois empresas particulares, a Câmara Federal, o Senado, todos pagam substancialmente aos taquígrafos. E os nossos taquígrafos aqui, além de mal remunerados, têm sido verdadeiros heróis, acompanham os nossos debates noite a fora e no dia seguinte estão a postos e em número reduzido. Há poucos dias eu fui informado de que há um concurso na Câmara Federal, que paga ao taquígrafo o ordenado inicial de 224 mil cruzeiros.

O SR. BLOTA JÚNIOR — Três vezes mais do que aqui.
O Sr. Fernando Mauro — Aqui se não me equivoco, ganha um taquígrafo no máximo 85 mil cruzeiros. E a Presidência, como a Mesa, precisa estar atenta a esse problema, porque a Taquígrafia é vital à vida desta Casa. A simples gravação não irá satisfazer de todo a tomada de notas necessária às nossas funções.

Mas, voltando ao assunto, eu sugeri, na ocasião, através de requerimento, que a Mesa convocasse o IDORT para fazer justamente esse estudo da reorganização administrativa desta Casa. Não como quer o nobre deputado Lurtz Sabiá, esquecendo-se que esta é uma Casa política, pois até nas ditaduras há privilégios, e muito maiores do que nas democracias. E o que existe nesta Casa é em menor proporção do que nas Secretarias, no Palácio do Governo e, como disse V. Exa., até em empresas particulares. Acredito que o deputado Lurtz Sabiá exerceu em sua crítica. Estranhou até que o médico não usasse avental. Ora, o que caracteriza o médico não é o avental, é a sua capacidade, é a sua idoneidade, é o seu poder da resolução, é a sua inteligência e, acima de tudo, é o diploma outorgado pela Faculdade Superior. Eu desejaria que o nobre deputado Lurtz Sabiá se conduzisse ao Departamento Médico ao meu lado, que sou médico e deputado. Eu provaria que S. Exa. está errado em suas críticas. Porque o Departamento Médico desta Casa não presta serviços exclusivamente burocráticos, presta também serviço assistencial nos nosocomios particulares, de que também faz parte. Fico grato, pois, por este aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. BLOTA JÚNIOR — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa., que vem em abono da tese que procuro defender. Ouço agora, com prazer o nobre deputado Lurtz Sabiá.

O Sr. José Lurtz Sabiá — Nobre deputado, estou acompanhando os apartes e percebo que os apartantes querem criar assim como que um movimento de antipatia com relação à minha pessoa. Jogam-me contra a classe médica. Eu não disse que todos os médicos são relapsos. Eu citei um médico! Agora, veio o deputado Israel Dias Novaes querer jogar os barbeiros contra mim. Pelo amor de Deus!... Nesta Assembleia, quando chego às 8 horas da manhã, tenho satisfação imensa de encontrar os modestos limpadores desta Casa. — a quem quero bem — os guardas-civis — a quem tenho estima extraordinária — os barbeiros, quer dizer, os humildes, assim como eu. Eu não gosto de determinados funcionários arrogantes e não me interessa que goste ou não de mim. Mas querer jogar os barbeiros contra mim!... Não é possível!... Que os deputados não gostem de mim, mas que não usem essa arma de criar um ambiente de

antipatia contra mim. Porque o que afirmo aqui, continuo afirmando e defendendo, porque acho que é dever e atribuição do deputado. Pelo menos considere que é minha atribuição acompanhar e ver as falhas, as injustiças. Esta Casa existe para que?

Qual a razão da existência desta Casa, nobre deputado? Não é para fazer respeitar as leis, para combater privilégios e injustiças? Não é para fazer justiça? Ou não é esse o sentido da existência deste Parlamento? Como é que dentro da própria estrutura da Assembleia existem os que não se voltam contra isso? Veja, as teses que defendo são teses razoáveis. Realmente atendi o Sr. Presidente quando disse que esta é uma Casa Política. Não fossem as solicitações feitas por homens de bem, já teria procedido, de certa forma com violência, à denúncia de certos fatores negativos. Não é justo que se queira criar um ambiente de mal-estar para mim. Não há razão, absolutamente. Estou tranquilo sob esse aspecto e assim continuarei até o fim do meu mandato. Espero em Deus que possa, modestamente, contribuir para que essas falhas não existam e peço a Deus que esta Casa possa, amanhã, realmente, primar pela justiça, pela disciplina e pelo seu trabalho, prestigiando os bons e punindo os maus. Este o sentido da minha luta.

O SR. BLOTA JÚNIOR — Estamos, finalmente, de acordo com pelo menos metade da tese do deputado José Lurtz Sabiá: de que há mesmo necessidade de se premiar os bons, porque S. Exa. só enxerga desacertos, imperfeições e defeitos no funcionamento da Casa. S. Exa. não traz nunca aquele subsídio positivo. S. Exa. não cita jamais alguém ou alguma coisa que lhe toque e lhe comova o fêreo, o pético e duro coração. S. Exa. chega às 7 horas da manhã a esta Casa, cumprimenta os barbeiros, os guardas-civis, os limpadores e fica de canhenho em punho de ferro, de palmatória, e de lápis afiado anotando todos aqueles que tergiversam, que transigem, que negligenciam, que não cumprem a rigor os seus deveres. Gostariamos que esta acurada observação viesse premiar também os funcionários e deputados desta Casa, que merecessem de S. Exa. encontros e medalhas de bom comportamento, para que pudessemos afinal, louvados e exaltados os méritos, exaltar-lhes as personalidades nesta tribuna.

Infelizmente o Sr. Presidente me adverte de que o meu tempo está encerrado. E, no sentido de poder permitir que a Casa vote imediatamente o Projeto de resolução n.º 1863, do nobre deputado Januário Mantelli Netto, ao qual me associo de todo o coração, encerro minhas considerações com o fim de que esta racionalização dos nossos serviços venha colocar à mostra o único fator deste eventual desacerto: não estamos aparelhados, hoje, para enfrentar os 115 deputados que a lei mandou para esta Casa, mais do que estávamos em 1957, quando aqui trabalhavam apenas 75. Aumentados 40 deputados no nosso número, é necessário que esta Casa se venha adequar pela perfeita racionalização dos seus serviços. Desta maneira é de inteira conveniência a aprovação do Projeto de Resolução n.º 1863.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Tem a palavra o nobre deputado Pedro Geraldo Costa.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, não costumo diminuir ninguém. Diminuindo, estarei descendo também. Tenho, em meus programas de rádio, pregado civismo, pregação moral, pregado respeito a todos os homens e chamando mesmo a atenção para o fato de que nesta onda de palavrórios e de difamações entre os homens públicos, desaparece também, na sociedade e em todas as classes, o respeito ao cidadão, o respeito à criatura humana. Portanto, Srs. deputados, não virei a esta tribuna para diminuir ninguém, nem endossar qualquer diminuição.

Sr. Presidente, posso declarar de início que votarei contra o projeto que convoca os magníficos serviços do IDORT para esta Casa, Casa política. Tenho notado, no pouco tempo que aqui estou, quanto aos funcionários, um esforço muito grande para bem servir. Tenho notado dedicação por parte dos moços, das moças, dos senhores e das senhoras. E digo mais, encontro uma cozeira que não mereço, uma humildade nesta gente que aqui trabalha, gente que tem muito mais cultura do que este deputado. É quem deveria cumprimentá-los. Eu é que deveria deixar que eles passassem na minha frente ao abrir de uma porta, em respeito ao saber. No entanto, assim têm sido estes homens, desde o mais humilde até aos diretores, aos chefes de seções. Se Presidente eu fosse desta Casa, já teria dado demonstração aos Srs. deputados, por meio dos chefes de seções, do trabalho dos seus departamentos. Como eles funcionam. Muitos Srs. deputados desconhecem as repartições desta Casa, o Arquivo, a Biblioteca interna do GAT, onde para cada processo nasce uma ficha. Os arquivos dos "Diários da União", do Estado, a documentação toda do passado desta Casa, a Jurisprudência está lá. Quanta coisa existe no organismo do trabalho da Assembleia Legislativa que todos nós precisaríamos conhecer para usarmos, então, a tribuna com maior conhecimento de causa e com maior respeito ao trabalho, que é a maior mensagem, o maior legado de Deus à criatura humana. E todos encontrariam serviço se bem distribuído fosse, pois todos têm vontade de realizar. Poderia ir no envelope de cada um impressa esta frase: "Se você trabalhou valeu o que ganhou".

De fato, Srs. deputados, a casa é política. Os Srs. deputados sofrem a interferência do eleitorado. Os Srs. deputados têm sua corrente política. Nós entendemos a movimentação violenta desta Casa. O clima cansa, a atmosfera pesada, política, cansa e todos correm, todos os funcionários. Se todos nós deixássemos olhar de perto, medir o trabalho, nós poderíamos aplaudir a realização de tanta coisa nesta Casa. Ser funcionário público, eu que não tenho jeito para fazer os funcionários, muito embora tenha tido 18 mil votos, sem sair de minha casa, ficando apenas pitando faixinhas, posso dizer aos senhores que o movimento em meu escritório, e na rua, de pessoas que cercam o deputado Pedro Geraldo Costa para pedir cargos de servente, disto, daquilo, é enorme. E entro em contato com os industriais, com o comércio e dou cartas em quantidade para esses setores de trabalho. Tenho comprado ferramentas, entusiasmado, criado o trabalho, criando iniciativas porque o funcionário público é a criatura que põe preço em sua vida e é um homem que tem que possuir uma fibra de esperanças e de convicções muito grande, porque nós conhecemos as mudanças políticas. Mudanças dos governos e nós aí, então, assistimos o médico, o engenheiro, o advogado, o servidor público que seja o grande esteio daquela repartição, o grande trabalhador, o apaixonado, porque no funcionalismo há verdadeiros heróis do trabalho. E' por isso que ainda funciona o órgão público. Por causa desses heróis. Mas, mudou o governo e se ele não era JQ, não era AB ou JC ou qualquer outro J, coitadinho, com todo seu manancial de produção, com todo seu dossier de trabalho, esse homem não tem cara nem encontra um jogo fisiológico para enfrentar seus filhos, para chegar diante dos amigos, para chegar junto da esposa. Senhores, por que não errastra esse homem? Porque tudo que se viu falar tudo que se assistiu da obra desse homem é jogado para fora, é renegado, é relegado. Vai para trás e não é substituído por melhor. E' por pior. Muito pior. Já vi gente sem cultura nenhuma, sem conhecimento algum, nem valor e nem moral, mandar em repartições públicas e curvar engenheiros e doutores. E aí, se não obedecer! Jam para o olho da rua. Seriam afastados, seriam jogados em qualquer canto. Então, ser funcionário público é preciso ser um todo de esperanças e dignidade e suportar a renovação das bajulações.

Mudam-se as Mesas, então, mudam-se os comandos das Casas Legislativas, trocam-se as seções, os chefes de seções, trocam tudo. É uma nova Mesa. É um novo governo que sempre virá, sempre virá. E muda tudo. Então, esses homens sofrem na carne o poder da política, o poder político. Não vai para a frente se o deputado não quiser. Não passa. É afastado, com todo o valor que tenha, porque aquilo não foi feito para funcionar, foi feito como cabide de emprego.

Senhores, respeito o IDORT. Sou um apaixonado da organização. Defendo a estatística. Sou um apaixonado pela estatística. Respeito os trabalhos do IDORT. Mas não posso, em sua consciência, como deputado, aceitar para a Assembleia Legislativa os trabalhos de qualquer organização que seja. E, por acaso, sabem os Srs. deputados o preço desse trabalho, desse serviço? Quando, há pouco, ainda, a ilustre e dinâmica deputada Conceição da Costa Neves, esta criatura imprescindível nesta Casa...

A Sra. Conceição da Costa Neves — Obrigada.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — ... esta bandeira de dignidade, de civismo e de respeito — até na nossa maneira de comportamento aqui dona Conceição empresta o brilho de sua educação — disse há pouco dona Conceição, desesperada, como a líder de uma bandeira sagrada que é o conforto dos enfermos de lepra — ninguém pode lhes roubar esta grandeza, na felicidade deles — Excelência, está a maior das orações em favor de sua vida e de sua alma — e há pouco V. Exa., com aquela firmeza, com aquela convicção de quem quer bem, de quem se preocupa, reclamou da situação das crianças tuberculosas, porque o Governo não pagou a determinada instituição. E provou com o jornal, provou isto — e nós, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, deputada, viros o inferno do Juqueri, Juqueri sem cozinha, sem conforto, sem nada — e nós, quando possuímos aqui, deputada, funcionários de alto gabarito e inteligência, competentes, é só confiar nesses homens, dar prestígio, dar força a eles, não é para tirar ninguém a força, é força no bom sentido, para se organizar, para ser acatado, e o deputado respeitando. Eu não chego aqui, em nenhuma repartição, para desacatar funcionários. Vou visitar humildemente; peço licença para entrar. Consulte o Diretor do G.A.T.; consulte o Diretor da Biblioteca se é permitido, até onde poderia ir o deputado no conhecer a Casa. E foi permitido, deputada. Conheci detalhes de serviços perfeitos.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — De início, quero agradecer a V. Exa. as expressões